



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

ATA N.º 47

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alenquer, celebrada em 24 de junho de 2019.-----

-----No dia 24 de junho de 2019, na sala Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, situada no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Alenquer, sob a presidência do Sr. Rui Fernando de Sousa Santos Soares da Costa, com a participação dos Srs. Vereadores, José Augusto Carvalho Almeida Honrado, Frederico Augusto Soares Rogeiro, Dora Patrícia da Silva Ferreira Pereira, Ernesto Simões Ferreira, Paulo Alexandre Raimundo Franco e Rosália Maria Hermínio Pedro Batista. -----

-----À hora fixada, ou seja, às 9.30 horas, foi pelo Sr. Vice-Presidente declarada aberta a reunião. -----

-----Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Ana Isabel da Cruz Brázia. -----

I. AUDIÇÃO DO PÚBLICO:

-----Nesta reunião foram ouvidos: -----

-----1 – **Guarim Jorge**, residente em Aldeia Gavinha, alertando para o facto de a estrada entre “Poço Mouro” e “Sobreiros”, necessitar de intervenção devido ao excesso de ervas, que, além de impedirem a circulação, riscam os carros que ali circulam. -----

-----O **Vice-Presidente** recordou que, na passada semana, falou, telefonicamente, com o sr. Guarim, acerca deste assunto. Entretanto, já contactou com a União de Freguesias de Aldeia Gavinha e Aldeia Galega da Merceana, a qual informou que nas próximas duas semanas, será realizada a limpeza, data em que está disponível a máquina para aquela União de Freguesias, uma vez que é utilizada por várias freguesias. -----

-----Comprometeu-se a acompanhar a referida limpeza, apesar de esta ser da competência da União de Freguesias de Aldeia Gavinha e Aldeia Galega da Merceana. Entretanto contactará o munícipe, para o informar da execução do serviço. -----

-----O sr. **Guarim Jorge** alertou para outras situações relacionadas com os limites da estrada, tendo o **Vice-Presidente** informado que são da responsabilidade da respetiva União de Freguesias e aconselhou-o a apresentá-las numa Assembleia de Freguesia. -----

-----2 – **António Moço**, residente na Rua Serra do Campo, em Cabeços, acompanhado de habitantes da mesma localidade, recordando que na reunião desta Câmara Municipal, do dia 01 de outubro de 2018, solicitou o asfaltamento da referida rua

e do Casal das Quadradas, que ainda não foi executado, mas rececionou a resposta que leu, pelo que pretende mais esclarecimentos. -----

-----De seguida, colocou as seguintes questões: -----

-----a) – **Circulação Rodoviária:** - na sequência, informou que na rua de acesso a uma carpintaria, existe uma árvore de grande porte que impede os veículos pesados, mais altos, de circular, prejudicando a entrega de materiais na própria carpintaria. -----

-----O **Vice-Presidente** informou que, aquelas estradas estão incluídas no orçamento para 2019, na área a intervencionar da freguesia de Carnota. No entanto, o projeto final, ainda não está concluído, o qual aguarda, a abertura do respetivo procedimento concursal. -----

-----Advertiu para a impossibilidade de compromisso com prazos, porque existem diversos fatores que os influenciam, nomeadamente, as alterações climáticas. -----

-----Comentou as dificuldades das empresas em se candidatarem aos procedimentos concursais. -----

-----Observou que o secretário da Presidência José Augusto Honrado, será um elo de ligação entre esta Câmara Municipal e os municípios, para prestar informações, com mais regularidade. -----

-----Quanto à questão da árvore que impede a livre circulação, irá incumbir o secretário da Presidência de visitar o local e, em conjunto com o Gabinete Jurídico, analisar o assunto. -----

-----b) – **Iluminação Pública:** - alertou para a questão da iluminação pública na estrada da Serra do Campo, referindo que, das dezassete luminárias, só seis estão acesas, acabando por os residentes caminharem a pé, sem luz. -----

-----O **Vice-Presidente** informou que, geralmente, são as Juntas de Freguesia a comunicar. No entanto, irá dar conhecimento da situação à EDP. -----

-----c) – **Abandono de Monos na Via Pública:** - questionou o local onde se deverá colocar os monos, porque o contentor que existia junto aos Bombeiros Voluntários, foi retirado e, entretanto, observou muitos objetos abandonados na via pública. -----

-----O **Vice-Presidente** lamentou que sejam depositados monos na via pública e informou que poderão contactar o número gratuito (800 503 505), cuja recolha, também é gratuita. -----

-----d) – **Distribuição de Correio:** - solicitou esclarecimentos quanto à obrigação, ou não, dos carteiros distribuírem o correio de porta em porta, relatando a situação de um casal



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

de residentes naquela zona, que têm dificuldade de mobilidade para recolher o correio na caixa instalada no início da rua, e onde o carteiro se recusa a entregar o correio à porta. --

----O **Vice-Presidente** informou desconhecer os procedimentos da nova distribuição e sugeriu o envio de *e-mail*, com a morada da situação mencionada, dirigido ao serviço de Ação Social desta Câmara Municipal, ou ao Secretário da Presidência, para encontrar uma solução, relatando o exemplo de uma junta de freguesia que distribui algum correio, no percurso do transporte escolar.-----

----Por fim, incumbiu o vereador José Augusto Honrado, de identificar, no mapa, o planeamento de intervenções na área de residência do munícipe.-----

----O vereador **Frederico Rogeiro** teceu comentários relativos a promessas falíveis, quanto ao alcatroamento neste concelho e disse esperar que, neste caso, se desenvolva da melhor forma. -----

----Alertou para o facto de, o número de execução de obras, normalmente, não corresponder às obras aprovadas em orçamento, por razões várias sugerindo ao munícipe que pressione esta Câmara Municipal, para o alcatroamento, das estradas que mencionou. -----

----Por fim, agradeceu a vinda dos munícipes.-----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----1. – O Vice Presidente:-----

----a) – Votos de Pesar: - propôs que sejam exarados em ata votos de pesar pelo falecimento da sogra da trabalhadora Filomena Moura Teixeira da Costa Pinto da Silva e da mãe da trabalhadora Ana Paula da Silva Calçada Batista, o que foi aprovado, por unanimidade.-----

----b) – Urbanização da Quinta do Brandão: - deu conhecimento do parecer jurídico, relativo à caducidade de Alvará de Loteamento, da urbanização em título, enviado pela CCDRLVT.-----

----c) – AdA - Águas de Alenquer, S.A.: - distribuiu pelo Executivo cópias dos relatórios dos meses de março e abril de 2019, elaborado pelo Departamento Operativo, acerca das reclamações apresentadas na entidade em assunto, no âmbito dos serviços prestados pela mesma.-----

----d) – Relatórios de Exploração e Gestão de 2018 e de Gestão e Contas de 2018, da AdA- Águas de Alenquer, S.A.: deu conhecimento ao Executivo dos Relatórios de Exploração e Gestão e de Gestão de Contas dos Serviços Públicos de Distribuição de

Água e da Drenagem de Águas Residuais de Alenquer, referente ao ano de 2018, apresentado pela empresa em título.-----

-----Na sequência, foi também presente a informação n.º 3418, de 05 de abril, prestada pelo Técnico Superior, Bruno Ribeiro, acerca do relatório em epígrafe, apresentado pela AdA - Águas de Alenquer, S.A., concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer.-----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** comentou os documentos em título e referiu as dificuldades em perceber onde começa e acaba a responsabilidade de cada uma das partes. Também não é explicada a renovação, a reposição do equilíbrio financeiro, o âmbito da rede e sua cobertura em relação ao tipo de obras, obras de nova canalização que vão para o plano de investimentos e contrapartidas. No caso de obra nova, consoante o seu tipo, remete para uma proposta técnica. Entender qual o tipo de obra que fará parte da esfera. Considerou importante as águas definirem e perceberem que tipo de obras levam a pedir o equilíbrio financeiro, ou seja, perceber qual a fronteira entre obras em que a câmara e a empresa devem assumir a sua responsabilidade.-----

-----O **Vice-Presidente**, deu a palavra ao Diretor do Departamento Operativo, **responsável pela gestão da concessão**, o qual explicou que os serviços municipais tentam que a concessionária realize obras o mais possível, enquanto esta tenta fazer o menos possível de obra. A concessionária mantém a rede em funcionamento diariamente. A questão do calcário, não prevista no contrato de concessão, embora se saiba que o problema existe, tem como alternativa, a ligação do abastecimento à conduta proveniente da Barragem de Castelo de Bode. Com esta ligação o calcário será reduzido e até se desprenderá das condutas, entupindo-as. -----

-----No que se refere a novas redes, na zona do Carregado foi colocado o saneamento, mas fazendo parte do investimento municipal. Existem situações em que, consoante a negociação, a AdA cede condutas e os serviços municipais abrem as valas. Trata-se de uma fronteira flexível.-----

-----A conduta de água na zona de Abrigada é de fibrocimento que chegará ao fim de vida e a sua substituição será um investimento municipal, assim como as novas obras entram no reequilíbrio financeiro.-----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** referiu que a câmara terá fatores a seu favor no que se refere ao reequilíbrio financeiro. Entretanto, enviará, via email, o que pretende.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Seguidamente, questionou se existe grande parte das condutas em fibrocimento e se a câmara aplica sanções à empresa. -----

-----O **responsável pela gestão da concessão** informou que todas as condutas de saneamento são em grés e que ainda existe parte da de água, em fibrocimento. No que se refere à aplicação de sanções, até hoje, não existiram situações que originassem a sua aplicação. Focou o caso de consecutivas roturas ocorridas na localidade de Penedos de Alenquer e em Ota, em que se verifica o enorme esforço da empresa na solução. Pode testemunhar o esforço da empresa na solução das ocorrências. -----

-----No que toca à qualidade da água a empresa tem sido agraciada com galardões. Também são realizadas reuniões, mensais, com a empresa, em que, por vezes, participa o Técnico Superior desta Câmara Municipal, Bruno Ribeiro, além dos contactos diários com os engenheiros da concessionária. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro**, sem colocar em causa o referido, disse que só pode especular relatos que ouve. Apesar do esforço da empresa, a canalização está envelhecida, mas é responsabilidade dela. Aproveitou para focar o caso de os esgotos pluviais estarem juntos com os domésticos. -----

-----O **responsável pela gestão da concessão** informou que, muitas das condutas, são mudadas pela câmara municipal e não pela empresa. Possivelmente, num futuro próximo, irão procurar financiamento para substituição das respetivas condutas. -----

-----Existem áreas do concelho em que os esgotos pluviais entram na conduta dos domésticos, sem hipóteses de separação, como é o caso das localidades de Cadafaís, Vila Alta e Rua Triana. -----

-----e) - **Colégio "Os Cartaxinhos"**: - prestou algumas informações sobre o encerramento do colégio em assunto, embora o serviço esteja assegurado até ao dia 31 de julho. -----

-----Ao mesmo tempo, comunicou que os pais dos alunos, só tiveram conhecimento da venda do mesmo, após a celebração da respetiva escritura. -----

-----Esclareceu que, esta Câmara Municipal, reuniu com os mencionados pais, no dia 18 do corrente mês e relatou o teor da reunião. Referiu que foram prestados esclarecimentos, acerca da disponibilidade das escolas públicas neste concelho. No entanto, os pais terão de aguardar pela avaliação do ano letivo 2018/2019, para poderem proceder às matrículas. -----

-----Esclareceu que, o número de alunos, na ordem dos quarenta, é muito inferior ao número especulado pela comunicação social (200). As escolas com vagas para estes alunos, são a Escola Básica de Canados, o Jardim de Infância de Meca e o Centro Escolar de Alenquer, ficando os pais a ponderar qual a melhor opção. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** agradeceu a informação e questionou se esta Câmara Municipal, com base nos comentários existentes, antes da concretização do negócio, tentou contactar as partes interessadas no negócio, no sentido de travar o mesmo, apesar de a autarquia não ter qualquer responsabilidade. -----

-----O **Vice-Presidente** salientou que a Câmara Municipal não tem competências para travar um negócio de carácter privado. -----

-----Relevou o facto de ser o único estabelecimento de ensino privado do concelho, com as valências desde o berçário até ao ensino básico. Recordou que no “passado” a diretora do referido colégio, contactou-o, na qualidade de vereador da educação, visando uma solução, economicamente, viável, para a continuidade da atividade.-----

-----A vereadora **Rosália Batista** observou ter conhecimento, através dos pais de alunos, do interesse de um investidor privado estrangeiro, em dar continuidade ao colégio. No entanto, foi preterido em benefício da Escola de Formação Profissional. -----

-----O vereador **Ernesto Ferreira** alertou para a câmara municipal estar atenta aos desenvolvimentos, daquela instituição, por se tratar de um grupo reconhecido por alguns negócios polémicos. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** anotou a sua condenação, pela forma como foi conduzido este negócio. Em sua opinião, tratou-se de um negócio em que os interessados agiram de má-fé e esta câmara municipal deverá ser solidária com os trabalhadores e os pais dos alunos, que foram prejudicados e enganados.-----

-----f) – **Prédios Abandonados:** - lamentou a morte de um jovem numa das construções de prédios inacabados e abandonados, sitos na Urbanização da Quinta do Brandão e transmitiu a preocupação, incluindo esta Câmara Municipal, relativamente à facilidade de acesso aos mesmos. -----

-----Recordou que os referidos prédios estavam vedados, com rede, a qual foi destruída. Esta Câmara Municipal enviou diversas notificações para reparação da vedação de acesso aos prédios, contudo, sem efeito, por pertencerem a fundos imobiliários que se alteram de 3 em 3 meses.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Atualmente, devido à gravidade da situação e após o acidente ocorrido, será de se ponderar a posse administrativa.-----

-----O vereador **Ernesto Ferreira** questionou qual a hipótese de, nos edifícios em situações idênticas, esta Câmara Municipal vedar o acesso aos mesmos, sugerindo que, na altura da sua venda, os proprietários sejam obrigados a pagar a respetiva despesa. ----

-----O **Vice-Presidente** referiu que a notificação contém um prazo de 30 dias, para o seu cumprimento, caso não se concretize, será de atuar, de acordo com a legalidade jurídica da situação.-----

-----Salientou que, por se tratar de locais de risco, será indispensável o impedimento de acesso. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** solidarizou-se com as sugestões e referiu que será de agir, com celeridade, para evitar outra situação semelhante. -----

-----No entanto, a Câmara Municipal terá de pensar, a longo prazo e definir o que pretende fazer naquele loteamento, dado que o seu alvará está caducado e não é solução mudar de fundo incessantemente. -----

-----O **Vice-Presidente** referiu que, devido à falta de habitação disponível, entre Carregado e Alenquer, brevemente, aqueles terrenos serão cobçados ao investimento e neste caso, deve renegociar-se, quando os fundos se transformarem, sendo a solução para estes locais.-----

-----2. – O Vereador Ernesto Ferreira: -----

-----a) – **Documentos – MEO Cloud:** - recordou o pedido de acesso aos documentos das reuniões de Câmara Municipal, através de *link* na Plataforma MEO Cloud, o qual fica desativado, num curto espaço de tempo, não permitindo a consulta de documentos já analisados em reuniões anteriores.-----

-----Lembrou que o Presidente se comprometeu a aferir a situação com o Gabinete de Informática. -----

-----O **Vice-Presidente** informou que o Gabinete de Informática já foi incumbido de criar um *link* definitivo, para que a documentação esteja disponível para consulta. -----

-----b) – **PEDU:** - questionou a hipótese de aceder aos projetos elaborados no âmbito do assunto em título. -----

-----O **Vice-Presidente** disse não haver inconveniente no acesso aos referidos documentos. No entanto, irá aferir com o Presidente desta Câmara Municipal. -----

-----c) – **Reunião - Urbanização da Barrada:** - solicitou informações acerca da reunião realizada com os moradores da urbanização em título, sobre o parque de estacionamento de veículos pesados. -----

-----Na sequência, questionou qual o terreno adquirido por esta Câmara Municipal, para o mencionado parque e pretendeu saber a que fim se destina a construção na Quinta do Mendanha. -----

-----O **Vice-Presidente** referiu desconhecer o conteúdo da referida reunião, dado que não esteve presente, embora saiba que ainda não existe projeto, mas apenas intenções. -----

-----Quanto à construção a decorrer na Quinta do Mendanha, trata-se de um Centro de Hemodiálise. -----

-----d) – **Transferência de Competências – Juntas de Freguesia:** - comentou que foi abordado, no sentido de prestar esclarecimentos, acerca da insinuação desta Câmara Municipal, às Juntas de Freguesia, para não aceitarem a transferência de competências, porque a mesma, não está preparada. -----

-----Pretendeu saber o resultado do incumprimento da Junta de Freguesia de Carnota, dado que esta freguesia, aceitou-a, contrariando uma ordem desta Câmara Municipal. ----

-----Em sua opinião, esta Câmara Municipal, não está a gerir, devidamente, o referido assunto. -----

-----O **Vice-Presidente** esclareceu que esta Câmara Municipal, aconselhou as Juntas de Freguesia a não aceitarem as competências no ano de 2019, não o foi de forma expressa, mas de aconselhamento. -----

-----Observou que algumas Juntas de Freguesia já estão a exercer as competências. -----

III. ORDEM DO DIA:

-----1. - **Aprovação de Ata:** - Transcrita no livro próprio, procedeu-se à distribuição da ata da reunião ordinária do dia 11 de junho de 2019 que, para efeitos imediatos, havia ficado logo aprovada em minuta, no final da mesma, nos termos do número 3 do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Depois de dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la, de harmonia com o disposto no número 2 do citado articulado. -----

-----O vereador José Augusto Honrado não votou a ata da reunião ordinária de 11 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei número 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo. -----

OBRAS DE PARTICULARES:



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

2. PROCESSOS À CONSIDERAÇÃO DA CÂMARA

-----No âmbito da legislação aplicável submete-se os seguintes processos à aprovação da Câmara: -----

-----**Ponto 2-A**-----

-----**2-A_1 - Processo n.º 02/1995/410** - Relativo à operação de loteamento urbano que António de Mascarenhas Mexia Santos levou a efeito no prédio denominado "Quinta das Varandas", situado no Casal Santo António, união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), licenciada através do alvará de loteamento n.º 11/99. -----

-----No seguimento do pedido de alteração ao mencionado alvará de loteamento, formulado por Pedro Miguel da Costa Monteiro respeitante ao lote 3, a engenheira municipal Eva Santos emitiu a informação a seguir indicada, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na mesma informação, o qual refere que se propõe o deferimento do pedido de alteração ao alvará de loteamento, relativo ao lote 3, alteração esta de acordo com o n.º 8 do artigo 27º do Decreto – Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações vigentes (alteração de pormenor), devendo ser presente à reunião de Câmara para deliberação. ---

-----**2-A_1_A Informação técnica n.º 5775/DURB/12-06-2019;** -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão nos termos e nas condições indicadas na informação prestada pela gestora do procedimento e parecer emitido pelo Chefe da Divisão Municipal do Urbanismo, contido na mesma informação, alteração que se encontra de acordo com o n.º 8 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações vigentes (alteração de pormenor). -----

-----**2-A_2 - Processo n.º 05/2019/7275 - Pedido de certidão de constituição de compropriedade:** Requerimento de Maria de Fátima Ramalho Leandro Batista, no qual solicita parecer desta Câmara Municipal, previsto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para constituição de compropriedade sobre o prédio rústico denominado "Casal", situado no lugar de Pocariça, freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 96, Secção B da dita freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 1/2 a favor de cada um dos futuros comproprietários. -----

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a seguinte informação: -----

-----**2-A_2_A – Informação técnica n.º 5758/DURB/11-06-2019;** -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade sobre o prédio rústico denominado “Casal”, situado no lugar de Pocariça, freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 96, Secção B da dita freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 1/2 a favor de cada um dos futuros comproprietários, fixando-se a condição de não existir parcelamento físico, o terreno não se destinar a construção urbana nem a operação de loteamento, devendo ser liquidado o valor de 4,06 € correspondente à taxa para emissão de extratos de Carta Militar e Ortofotomapa, elementos de pedido de certidão de compropriedade, nos termos do disposto no artigo 90º do Regulamento Municipal do Urbanização e Edificação e emitir a certidão respetiva. -----

-----**2-A_3 - Processo n.º 07/2019/4** – Relativo ao pedido de licenciamento de publicidade – realização de campanha publicitária que a firma MVMS, S.A., requereu para a distribuição de 1.500 folhetos alusivos à superfície comercial “Aldi Carregado”, a decorrer nos dias 5 e 6 de julho, na vila de Carregado, união das freguesias de Carregado e Cadafais, que se deslocam em “segway”, também estes com mensagem publicitária. -----

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a informação a seguir indicada, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na informação, referindo que se propõe o deferimento da pretensão com as condições indicadas na informação técnica: -----

-----**2-A_3_A – Informação técnica n.º 5846/DURB/13-06-2019.** -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão nos termos e condições indicadas na informação prestada pela gestora do procedimento e mediante o pagamento das taxas devidas. -----

-----**2-A_4 - Processo n.º 04/2019/13** - Relativo ao pedido de informação prévia para a viabilidade de construção de edifício multifamiliar que Vitória Manuela de Sousa Lourenço pretende levar a efeito no prédio urbano situado na Rua Manuel Rodrigues Gomes Gírio, n.º 34, (antigo lote 197 da Urbanização Quinta do Brandão), no lugar de Paredes, união das freguesias de Alenquer (Santo Estevão e Triana), inscrito na matriz predial sob o artigo 3859 da união das freguesias de Alenquer (Santo Estevão e Triana) e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 2544 da freguesia de Santo Estevão. -----

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a informação a seguir indicada, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

Baptista emitiu o parecer contido na mesma informação, o qual refere que se propõe o indeferimento da pretensão conforme informação técnica, devendo ser presente à reunião de Câmara para efeitos de deliberação: -----

----**2-A_4_A_ Informação técnica n.º 55961/DURB/17-06-2019;** -----

----**2-A_4_B_ Planta de localização;** -----

----**Deliberação:** Apontando a decisão para o indeferimento da pretensão, a Câmara deliberou, por unanimidade, que se proceda à audiência prévia escrita da interessada nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 121.º e 122.º do Código (CPA). -----

----**2-A_5 - Processo n.º 05/2019/5417 - Pedido de certidão de desanexação prédio urbano:** Requerimento de Maria Luísa Castanheira Teixeira Nuno Mendes Riso, no qual solicita parecer desta Câmara Municipal, em como não existe inconveniente na desanexação do prédio urbano situado na Rua dos Parrotes, n.º 21, no lugar de Alto da Boavista, união de freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), inscrito na matriz predial sob o artigo 1413 da união de freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), a desanexar do prédio misto descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 237. -----

----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a seguinte informação, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na informação, referindo que se propõe o indeferimento da pretensão conforme informação técnica: -----

----**2-A_5_A_ Informação técnica n.º 5688/DURB/07-06-2019;** -----

----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, adiar a análise da pretensão face à entrega de novos elementos por parte da interessada. -----

----**Ponto 2 B** -----

----**2_B_1 - Processo n.º 19/2019/19 - Relativo à denúncia descrita reportada à fiscalização municipal, acerca da falta de condições de higiene e salubridade no prédio urbano situado na Rua Dr. Luís Vilar, n.º 57, na localidade e freguesia de Olhalvo.** -----

----Acerca do assunto foi emitida a informação/auto de vistoria a seguir indicado. -----

----**2_B_1_A_ Informação técnica n.º 5124/DURB/27-05-2019.** -----

----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento, homologou o presente auto de vistoria e face às péssimas condições em que o proprietário do imóvel residente na habitação em causa, que colocam a sua saúde e bem-estar em grave perigo, bem como a área envolvente afetando terceiros, sendo o odor a putrefação passível de ser sentido na via

pública e também face à recusa do proprietário e o seu não reconhecimento da necessidade de ajuda por parte da Ação Social Municipal, a Câmara deliberou, por unanimidade, efetuar a comunicação da presente situação junto do Delegado de Saúde Concelhia para tomada de medidas necessárias a sanar a mesma. -----

-----**2_B_2 – Processo n.º 19/2019/23** - Relativo à denúncia escrita reportada à fiscalização municipal, acerca da falta de condições de higiene e salubridade no prédio urbano situado na Rua Augusto Luís do Carmo, n.º 19, na localidade de Pereiro de Palhacana, na União das Freguesias de Ribafria e Pereiro de Palhacana. -----

-----Acerca do assunto foi emitida a informação/auto de vistoria a seguir indicado. -----

-----**2_B_2_A Informação técnica n.º 5861/DURB/13-06-2019.**-----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento, homologou o presente auto de vistoria e deliberou, por unanimidade, estabelecer o prazo de 30 dias para que o proprietário do imóvel em causa proceda em conformidade com o indicado no auto de vistoria acima referido e, no mesmo prazo, proceder à demolição total da estrutura edificada e iniciada de forma ilícita e repor o terreno nas condições em que se encontrava antes do início dos trabalhos, repondo a legalidade urbanística nos termos do disposto no artigo 102.º do RJUE. -----

-----Acerca do assunto foi emitida a informação/auto de vistoria a seguir indicado. -----

-----**2_B_3_A Informação técnica n.º 5995/DURB/17-06-2019.**-----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento, homologou o presente auto de vistoria e deliberou, por unanimidade, que se notifiquem os proprietários dos imóveis para apresentarem, no prazo de 90 dias, plano de reforço estrutural das fachadas dos mesmos e respetiva calendarização dos trabalhos de consolidação e remoção de elementos que possam derrocar para a via pública, plano este subscrito por técnico habilitado para o efeito e uma vez que se trata de edificações inseridas num aglomerado urbano consolidado, contíguas a outros edifícios, face ao estado crítico do edificado, deverá ser formalizada por parte dos proprietários, uma tomada de decisão acerca da intervenção no local. -----

-----**3. - Tarifário Especial para o Serviço de Abastecimento de Água e Tarifário Social para o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza Pública:** -

Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 18 de junho em curso, foi presente a proposta número 5985 - VP/2019, que se transcreve:-----

-----“CONSIDERANDO: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----A informação prestada pela Técnica Superior, Inês Lopes, da Unidade Técnica do Potencial Humano, registada sob o número 5985, em 17 de junho em curso, e que: -----

-----No dia 13 de abril de 2016 entrou em vigor o novo Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Alenquer, publicado no *Diário da República*, 2ª série – N.º 56 – 21 de março de 2016, o qual prevê no artigo 58.º, a aplicação dos tarifários sociais a utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema de Segurança Social e a utilizadores não-domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública;--

-----O Tarifário para Famílias Numerosas não está disponível para o serviço de gestão de resíduos urbanos e de limpeza pública, conforme estabelecido no número 4 do artigo 58.º do referido regulamento; -----

-----Se mantêm as condições de acesso para benefício do Tarifário Especial para o Serviço de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais do Município de Alenquer, conforme estipulado no Protocolo – Tarifário Especial, celebrado entre o Município de Alenquer e a AdA – Águas de Alenquer, S.A.; -----

-----Com base nas avaliações técnicas realizadas de acordo com o estipulado no Protocolo – Tarifário Especial celebrado entre o Município de Alenquer e a AdA – Águas de Alenquer, e no Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Alenquer e do Tarifário Social para o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza Pública do Município de Alenquer,-----

-----**PROPONHO**, a atribuição dos benefícios dos referidos tarifários aos munícipes a seguir identificados, por reunirem os requisitos necessários para usufruírem dos mesmos:

-----**SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS – TARIFÁRIO SOCIAL**-----

-----1 – Vera Maria Ferreira dos Santos, residente na Rua Alferes Machado Ferrão, n.º 2, 3.º dt.º, no Carregado, 2580-488, Carregado, com o n.º de cliente 5982545;-----

-----2 – Alda Maria Félix Anacleto, residente na Rua José Saramago, n.º 12, em Paredes, Alenquer, 2580-662 Alenquer, com o n.º de cliente 24069;-----

-----3 – Elmiza Domingas António Augusto, residente na Praceta João Rodrigues Cabrilho, lote 77, 4.º esq., no Carregado, 2580-485 Carregado, com o n.º de cliente 6740430; -----

-----4 – Luís António da Silva Pedro, residente na Rua da Glória, n.º 4, em Eiras, Abrigada, 2580-116 Abrigada, com o n.º de cliente 24682;-----

- 5 – Gilberto Rui Parra Gaspar Trindade, residente na Rua do Olival, n.º 48, em Paredes, 2580-573 Alenquer, com o n.º de cliente 6597572; -----
- 6 – Maria Judite Magalhães Henriques da Silva, residente na Rua do Outeiro, s/n em Bogarréus, 2580-171 Meca, com o n.º de cliente 22570;-----
- 7 – Ana Lúcia da Silva Barbosa, residente na Praceta Gaspar Corte Real, lote 60, 9.º eq., no Carregado, 2580-480 Carregado, com o n.º de cliente 6881572;-----
- 8 – Albertino António Henriques da Costa, residente na Rua da Ladeira n.º 1, em Catém, 2580-176 Meca, com o n.º de cliente 22996;-----
- 9 – Alexandra Isabel Correia Filipe, residente na Praceta Tristão Vaz Teixeira, lote 15, 3.º dt.º, no Carregado, 2580-601 Carregado, com o n.º de cliente 5810744;-----
- 10 – Maria da Conceição Abrantes, residente na Avenida 25 de abril, n.º 84, 4.º eq., em Alenquer, 2580-367 Alenquer, com o n.º de cliente 6284760;-----
- 11 – Maria das Dores Figueiredo Mata Bogas, residente na Praceta Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, lote 1, 2.º dt.º, no Carregado, 2580-602 Carregado, com o n.º de cliente 6983979; -----
- 12 – José Egipto Bonifácio, residente na Rua Casais da Flamengo, n.º 50, em Lapaduchos, 2580-436, Vila Verde dos Francos, com o n.º de cliente 19728;-----
- 13 – Maria de Fátima Patrício da Paz, residente na Praceta João Álvares Fagundes, lote 5, 6.º dt.º, no Carregado, 2580-485 Carregado, com o n.º de cliente 17916; -----
- 14 – Carina Isabel Pereira Silva Reis, residente na Rua Principal, n.º 2, em Barbas, 2580-083 Aldeia Galega da Merceana, com o n.º de cliente 14566;-----
- 15 – Raique Ferreira de Oliveira Pereira, residente na Praceta João Álvares Fagundes, lote 7, 9.º dt.º, no Carregado, 2580-483 Carregado, com o n.º de cliente 7062206;-----
- 16 – Anna Vladimirovna Mishanina, residente na Praceta Diamantino Almeida Vicente, n.º 1, 3.º eq., nos Casais da Marmeleira, 2580-132 Cadafais, com o n.º de cliente 20211;-----
- 17 – Daniel António Domingos Ferreira, residente na Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 45, na Pocariça, 2580-232 Olhalvo, com o n.º de cliente 201990612; -----
- 18 – Gertrudes Esteves Rafael Ramalho Rocha, residente na Rua da Fonte, n.º 1, nos Casais da Marmeleira, 2580-132 Cadafais, com o n.º de cliente 19989; -----
- 19 – Mário Augusto Oliveira Monteiro, residente na Praceta Dr. Nuno Siqueira, lote 5, 2.º dt.º, em Ota, 2580-652 Ota, com o n.º de cliente 6989578; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E DE LIMPEZA PÚBLICA – TARIFÁRIO SOCIAL -----

-----1 – Vera Maria Ferreira dos Santos, residente na Rua Alferes Machado Ferrão, n.º 2, 3.º dt.º, no Carregado, 2580-488, Carregado, com o n.º de cliente 5982545;-----

-----2 – Maria da Conceição Abrantes, residente na Avenida 25 de abril, n.º 84, 4.º esq., em Alenquer, 2580-367 Alenquer, com o n.º de cliente 6284760; -----

-----3 – Ilda Martins Viana Duarte, residente na Rua Pedro Sintra, lote 90, 6.º esq., no Carregado, 2580-495 Carregado, com o n.º de cliente 6772773; -----

-----SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS – TARIFÁRIO FAMILIAR -----

-----1 – Hugo Miguel Pereira Ariosa, residente na Rua Principal n.º 17, em Barbas, 2580-083 Aldeia Galega da Merceana com o n.º de cliente 6739571 e 3 filhos dependentes;-----

-----2 – Ilda Maria Viana Duarte, residente na Rua Pedro Sintra, lote 90, 6.º esq., no Carregado, 2580-495 Carregado, com o n.º de cliente 6772773 e 3 filhos dependentes; ---

-----3 – Rodrigo Manuel Sales Reis, residente na Rua da Ferraguda, n.º 15, no Carregado, 2580-508 Carregado, com o n.º de cliente 6588573 e 3 filhos dependentes;” --

----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, conceder os benefícios dos tarifários solicitados aos munícipes referenciados na proposta supra, por reunirem os requisitos necessários para usufruírem dos mesmos. -----

-----4. – **Pagamento de Custos por Responsabilidade Civil:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 18 de junho em curso, foi presente a proposta número 3329 - P/2019, que se transcreve: -----

-----“CONSIDERANDO:-----

-----A informação do Diretor do Departamento Operativo, registada sob o n.º 3329, em 04 de abril transato;-----

-----A reclamação apresentada por Rodolfo Miguel Pinheiro Franco, residente no Beco da Carvalha, na localidade de Antas, acerca dos danos causados na sua viatura, provocados por um buraco existente na estrada municipal que liga as localidades de Casais da Marinela e Pipa; -----

-----Que o lesado apresentou uma reclamação, em modelo próprio, a qual foi registada nos serviços desta Câmara Municipal, com o n.º 6211, em 18/05/2018;-----

-----Que os serviços municipais confirmaram o sucedido, com base nos documentos apresentados e informação do responsável pelo serviço; -----

-----Que o processo foi enviado em 23/05/2018, pelo ofício n.º 4517 para a companhia de seguros Allianz Portugal, S.A., no âmbito da apólice n.º 204408887; -----

-----Que a companhia de seguros através de comunicação registada com o n.º 4343, em 28/03/2019, informou que indemnizou o lesado no valor de 44,55 € e que fica a cargo do segurado o valor correspondente à franquia, no valor de 250,00 €; -----

-----**Considerando ainda que:**-----

-----O artigo 225.º da Constituição da República Portuguesa, consagra o princípio geral da responsabilidade do Estado e das demais entidades públicas por danos causados no exercício das suas funções, o qual foi desenvolvido no regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, de acordo com a Lei n.º 67/2007; -----

-----Nos termos da Lei n.º 2110, de 29 de agosto de 1961, as estradas e caminhos municipais integram o domínio público do Município; -----

-----De acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal gerir as redes de circulação; -----

-----Dos documentos apresentados no processo se afigura ser claro existir nexo de causalidade entre a atuação do Município e o dano em causa, pois, o embate da viatura no buraco da via é apto a causar os prejuízos reclamados; -----

-----O fundamento legal para a indemnização requerida, assenta na obrigação que impera sobre a administração de reparar os danos, ilicitamente, causados, conforme artigo 3.º da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, -----

-----**PROPONHO**, que o Executivo autorize o pagamento, ao lesado, da quantia de 250,00€, (duzentos e cinquenta euros) correspondente ao valor da caução da apólice n.º 204408887, de responsabilidade civil, contratualizado/a com a companhia de seguros Allianz Portugal, S.A.. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta. -----

-----**5. – Pagamento de Custos por Responsabilidade Civil:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 18 de junho corrente, foi presente a proposta número 3338 - P/2019, que se transcreve: -----

-----“**CONSIDERANDO:** -----

-----A informação do Diretor do Departamento Operativo, registada sob o n.º 3338, em 04 de abril transato; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----A reclamação apresentada por João Pedro Simões Coito, residente na estrada do Álvaro - Azambuja, acerca dos danos causados na sua viatura, provocados por um buraco existente na Rua Quinta da Arrocasia;-----

-----Que o lesado apresentou uma reclamação, em modelo próprio, a qual foi registada nos serviços desta Câmara Municipal, com o n.º 124, em 03/01/2019; -----

-----Que os serviços municipais confirmaram o sucedido, com base nos documentos apresentados e informação do responsável pelo serviço; -----

-----Que o processo foi enviado para a companhia de seguros Allianz Portugal, S.A., no âmbito da apólice n.º 204408887;-----

-----Que a companhia de seguros através de comunicação registada com o n.º 4515, em 02/04/2019, informou que o valor da indemnização (137,88 €) é inferior ao valor correspondente à franquia contratual de 250,00 €;-----

-----**Considerando ainda que:** -----

-----O artigo 225.º da Constituição da República Portuguesa, consagra o princípio geral da responsabilidade do Estado e das demais entidades públicas por danos causados no exercício das suas funções, o qual foi desenvolvido no regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, de acordo com a Lei n.º 67/2007; -----

-----Nos termos da Lei n.º 2110, de 29 de agosto de 1961, as estradas e caminhos municipais integram o domínio público do Município;-----

-----De acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal gerir as redes de circulação;-----

-----Dos documentos apresentados no processo se afigura ser claro existir nexo de causalidade entre a atuação do Município e o dano em causa, pois, o embate da viatura no buraco da via é apto a causar os prejuízos reclamados;-----

-----O fundamento legal para a indemnização requerida, assenta na obrigação que impera sobre a administração de reparar os danos, ilicitamente, causados, conforme artigo 3.º da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro,-----

-----**PROPONHO**, que o Executivo autorize o pagamento, ao lesado, da quantia de 137,88 €, (cento trinta sete euros e oitenta e oito cêntimos) inferior ao valor da franquia da apólice n.º 204408887, de responsabilidade civil, contratualizado/ a com a companhia de seguros Allianz Portugal, S.A..-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----6. – **Atribuição de Apoio Financeiro à Sociedade Filarmónica Olhalvense:** -

Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 18 de junho em curso, foi presente a proposta número 5326 - VP/2019, que se transcreve:-----

-----“CONSIDERANDO: -----

-----A informação da Secretária da vereação, Cláudia Luís, registada sob o n.º. 5326, em 03 de junho corrente e **que:** -----

-----No seguimento das ações definidas pelo Município de Alenquer para a área da Cultura e do Turismo e no âmbito das atividades desenvolvidas pela Divisão do Potencial Humano e Local, inseridas no Plano de Atividades, a Sociedade Filarmónica Olhalvense tem desempenhado um papel ativo e preponderante, nomeadamente na organização da Gala Rei e Rainha das Vindimas (espaço, palco, luz e som) e das Festas do Império do Divino Espírito Santo (com a construção de dois carros alegóricos), dois projetos de âmbito cultural e turístico que tanto dignificam o Concelho; -----

-----A referida associação tem tido um papel importante no desenvolvimento cultural da freguesia onde se insere; tem colaborado com o município na organização de diversas iniciativas e é uma organização legalmente constituída; -----

-----**CONSIDERANDO, AINDA,** o enquadramento legal necessário, no que concerne ao apoio a prestar por parte da autarquia a atividades inseridas na área em apreço, nomeadamente a alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º e as alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 43.º do Regulamento Orgânico do Município de Alenquer e ainda, a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º, a alínea d) do n.º 2 do artigo 26.º e as alíneas a), b) e c) do artigo 27.º do Regulamento Municipal de Apoio às Coletividades e ao Associativismo; -----

-----O enquadramento orçamental previsto na GOP 02 251 2015/10, com dotação na classificação orçamental 0404070108, para os devidos efeitos;-----

-----Salvaguardado o cumprimento dos requisitos legais definidos na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e inserindo-se a atividade no âmbito de um apoio pontual, previsto no quadro do Regulamento supracitado,-----

-----**PROPONHO** a atribuição de um apoio financeiro, pontual, à Sociedade Filarmónica Olhalvense, no valor de 7.100,00€ (sete mil e cem euros).” -----

-----O vereador **Ernesto Ferreira** disse que esteve presente na iniciativa das marchas populares, agradeceu o convite e felicitou a coletividade pela organização desta iniciativa e de outras similares (festival do caracol e do folclore). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----**7. – Rede Europeia das Cidades do Vinho:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 18 de junho em curso, foi presente a proposta número 8108 - P/2019, que se transcreve:-----

-----“**CONSIDERANDO:**-----

-----O e-mail registado em 14 do corrente mês de junho sob o número 8108 e **que:** -----

-----A Rede Europeia das Cidades do Vinho - RECEVIN, com sede em ESTRASBURGO, congrega cerca de 800 cidades e nasceu da constatação de que, nas regiões, cuja base produtiva assenta essencialmente na produção de vinho de qualidade, o vinho exerce uma função aglutinadora para o desenvolvimento de cada uma destas regiões, atuando em conjunto e em complemento com outros sectores e ou atividades (enoturismo, restauração, Museus, Rotas do Vinho, proteção ambiental e paisagística, etc.); -----

-----Anualmente, a RECEVIN promove a atribuição da designação “Cidade Europeia do Vinho”, enquanto projeto traduzido na realização de um conjunto de atividades de promoção de divulgação, a nível europeu, do Enoturismo e da Cultura do Vinho; -----

-----Este projeto constitui uma base de partida para o incremento da promoção, a nível local, nacional e internacional, de cada Cidade Europeia do Vinho e dos respetivos vinhos, enquanto produto endógeno de qualidade e protagonista-chave para um desenvolvimento sustentável do respetivo território e reflexo da influência do Vinho na sociedade, paisagem, economia, gastronomia e património local e nacional; -----

-----A nível nacional, é ainda atribuído anualmente, pela Associação dos Municípios Portugueses do Vinho- AMPV, igualmente, a distinção “Cidade Portuguesa do Vinho”; -----

-----Até à presente data, 10 Cidades Portuguesas foram, já, distinguidas com as duas referidas distinções: -----

- Palmela – **Cidade do Vinho 2009 e Cidade Europeia do Vinho 2012**-----
- Beja – **Cidade do Vinho 2010**-----
- Viana do Castelo – **Cidade do Vinho 2011**-----
- Vidigueira – **Cidade do Vinho 2013**-----
- Barcelos – **Cidade do Vinho 2014**-----
- Reguengos de Monsaraz – **Cidade Europeia do Vinho 2015**-----
- Lagoa – **Cidade do Vinho 2016**-----
- Madalena do Pico – **Cidade do Vinho 2017**-----
- Torres Vedras e Alenquer – **Cidade Europeia do Vinho 2018**-----

● **Peso da Régua – Cidade do Vinho 2019,**-----

-----**PROPONHO** a aprovação da minuta de protocolo de colaboração, que se anexa, a celebrar entre a Rede Europeia das Cidades do Vinho – Recevin, a AMPV e As Cidades do Vinho, que visa desenvolver premissas necessárias e adequadas a uma promoção comum, conjunta e em rede, dos vinhos nacionais e europeus, assim como dos produtos, agro-alimentares e turísticos que se encontram associados a cada um dos respetivos territórios.-----

-----O **Vice-Presidente** prestou alguns esclarecimentos adicionais à proposta.-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----**8. – Instauração de Processo Contraordenacional:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 18 do corrente mês de junho, foi presente a proposta número 5963 - P/2019, que se transcreve:-----

-----Considerando o teor da informação número 56, registada sob o número 5963, em 17 de junho corrente, prestada pela advogada, Ana Isabel Dias, em serviço no Gabinete de Apoio Jurídico, e **que:**-----

-----Na sequência de remessa de certidão do Ministério Público – Departamento de Investigação e Ação Penal- Secção de Alenquer, referente ao processo de inquérito n.º 624/17.7GAALQ, em que foi constituído arguido, Lucas Renan da Silva Souza, com domicílio na Praceta Gaspar Corte Real, Lote 61-10 Dt.º, 2580-480 no Carregado, o qual teve início com o auto de notícia n.º 000624/17.7GAALQ, no qual a GNR deu conta que, no dia 18 de novembro de 2017, no período compreendido entre as 20h45 e as 22h40, no Posto Territorial da GNR de Alenquer, sito na Rua 1.º Sargento da GNR Arnaldo Mota, o arguido terá pintado a sua assinatura (vulgo) na placa de identificação com os dizeres “Comando Territorial de Lisboa/Destacamento Territorial de Alenquer/Posto Territorial de Alenquer, na placa de identificação da “Rua Dr. Francisco de Magalhães” numa caixa de eletricidade ou telecomunicações no entroncamento com a Rua 1.º, Sargento da GNR Arnaldo Mota e, ainda, na parede exterior de uma residência sita nessa mesma rua, nos n.ºs 2 e 4;-----

-----Tais factos poderiam consubstanciar, em abstrato, a prática de um crime de dano, p. e p. pelo artigo 212.º n.º 1 e/ou artigo 213.º n.º 1 alínea c), ambos do Código Penal, ou tão-somente uma contraordenação, nos termos previstos no artigo 6.º da Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----O processo foi objeto de despacho de arquivamento, dado que os factos participados não integram a prática de qualquer crime, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 277.º do Código de Processo Penal, por ser legalmente inadmissível o procedimento criminal; -----

-----O processo foi remetido à câmara municipal para efeitos de instauração do respetivo procedimento contraordenacional, na medida em que os factos, em análise, são suscetíveis de, em abstrato, integrar o disposto nas alíneas b) e/ou c) do artigo 6.º da Lei n.º 61/2013 de 24 de junho, em conjugação com os artigos 1.º e 2.º alínea b) do mencionado diploma legal; -----

-----Analisada a certidão remetida à câmara municipal, nomeadamente auto de notícia NUIPC 000624/17.7GAALQ, se constata que os factos que poderão consubstanciar a prática da contraordenação foram praticados na data de 18 de novembro de 2017; -----

-----Constitui **CONTRAORDENAÇÃO LEVE**, quando descaracterize, altere, manche ou conspurque a aparência exterior do bem móvel ou imóvel, ou a aparência do exterior ou interior de material circulante de passageiros ou de mercadorias, mas sendo reversível por via de simples remoção, limpeza ou pintura;-----

-----Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 8.º, a instrução dos processos de contraordenação compete à câmara municipal e a aplicação da respetiva coima ao presidente da câmara, -----

-----**PROPONHO** que a câmara municipal decida sobre a instauração do competente procedimento contraordenacional; nomeie como instrutora, Ana Isabel Dias, advogada, em serviço no Gabinete de Apoio Jurídico e autorize a prática dos respetivos atos instrutórios. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----**9. – Minuta dos Acordos de Parceria a Celebrar, no Âmbito do Projeto “Campos de Férias Desportivas e Culturais”:** - Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 18 de junho em curso, foi presente a proposta número 5839 - VP/2019, que se transcreve: -----

-----**“CONSIDERANDO:** -----

-----A informação número 103, registada sob o número 5839, de 13 de junho em curso, da Unidade Técnica do Potencial Local e que; -----

-----No âmbito das ações definidas para a área do desporto, recreio e cultura, bem como da ocupação de tempos livres das crianças e jovens do concelho, é competência da Divisão do Potencial Humano e Local, na Unidade Técnica do Potencial Humano, na área

da juventude, bem como na Unidade Técnica do Potencial Local, nas áreas do desporto e recreio e da cultura e património:-----

-----Promover atividades e programas dirigidos aos jovens, designadamente na área da ocupação de tempos livres, apostando na oferta de atividades lúdicas, desportivas e culturais, em colaboração com as instituições locais, bem como, promover e apoiar projetos de promoção da prática desportiva, conforme previsto na alínea cc) do n.º 4 do artigo 42.º, alínea b) do n.º 3 e alínea a) do n.º 4 do artigo 43.º do Regulamento Orgânico do Município de Alenquer, constante no Despacho n.º 5453/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 17 de abril de 2014; -----

-----A importância da oferta de projetos de ocupação de tempos livres para crianças e jovens a partir dos 6 anos, se constitui como uma importante medida de apoio às famílias;-----

-----A necessidade de se constituírem os pilares basilares para a implementação de um processo de valorização e promoção da cultura desportiva, congregando sinergias e vontades das diversas forças vivas do concelho e outras entidades regionais/distritais;----

-----A progressiva valorização do estabelecimento de parcerias com o movimento associativo do Concelho, no âmbito da realização de um conjunto alargado de atividades desportivas, recreativas e culturais de interesse municipal, visando a promoção da prática desportiva;-----

-----O Alenquer Basket Clube, o Alenquer Real Clube, o Judo Clube de Lisboa – Secção de Alenquer, a Associação Desportiva do Carregado e a Associação Alenpalco – Companhia de Teatro (MYheARTheatre) são associações sem fins lucrativos, de natureza desportiva e/ou cultural que apoiam a prática do desporto e do ensino da música, do desporto de formação e competição, promovendo a saúde e o bem-estar junto do público jovem, contribuindo para a promoção das diferentes áreas artísticas e desportivas, associadas à divulgação do Concelho de Alenquer;-----

-----As referidas associações se disponibilizaram para desenvolver os seguintes campos de férias:-----

-----Alenquer Basket Club: Basquetebol - De 24/06/2019 a 29/06/2019 – Local: - Pavilhão Municipal de Alenquer e 01/07/2019 a 06/07/2019 – Local: Pavilhão da Escola Secundária Damião de Goes; -----

-----Judo Clube de Lisboa – Secção de Alenquer: Judo - De 24/06/2019 a 29/06/2019 e 08/07/2019 a 13/07/2019 – Local: Pavilhão Municipal de Alenquer;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Associação Desportiva do Carregado – Multiatividades – De 24/06/2019 a 29/06/2019

– Local: Instalações da Associação Desportiva do Carregado;-----

-----Alenquer Real Clube: Futsal - De 01/07/2019 a 06/07/2019 – Local: Pavilhão Municipal de Alenquer; -----

-----Associação Alenpalco – Companhia de Teatro (MYheARTheatre) – workshop de teatro – 24/06/2019 a 29/06/2019 e de 22/07/2019 a 27/07/2019 – Local: Parque Urbano da Romeira; -----

-----Os campos desportivos dinamizados em 2018 obtiveram um sucesso reconhecido pelas crianças e jovens e respetivos pais e encarregados de educação;-----

-----Se tratando de uma coorganização com as várias associações desportivas e culturais, o Município de Alenquer colaborará com o apoio financeiro e logístico necessário; -----

-----As condições da parceria, constam nas minutas de acordo, em anexo, devidamente validadas pelo gabinete jurídico do município;-----

-----A despesa tem enquadramento orçamental em sede das GOPs 02 253 2011/18 7 – Férias Desportivas e 02 253 2011/18 10 – Férias Culturais, na rubrica 04 0602030507; ----

-----O enquadramento legal no quadro das atribuições dos Municípios, definidas na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro e salvaguardado o respeito pelas normas exigidas pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas,-----

-----**PROPONHO** a aprovação das minutas dos acordos de parceria, a celebrar entre esta Câmara Municipal e as Associações acima referidas, as quais se anexam.” -----

-----O **Vice-Presidente** prestou alguns esclarecimentos adicionais à sua proposta.-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----Um exemplar das minutas dos acordos de parceria devidamente rubricados em todas as suas folhas pelos membros presentes, ficará arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5º. do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto. --

-----**10. – Criação do Cargo de Provedor Municipal do Serviço de Águas: -**

Subscrita pelos Vereadores **Frederico Rogeiro e Rosália Batista**, eleitos pelo PPD/PSD, foi presente a seguinte proposta, registada em 21 de junho corrente:-----

-----“Nas democracias, os órgãos políticos, legitimados pelo voto, são os representantes do interesse público e dirigem para esse efeito a máquina administrativa do Estado. -----

-----Contudo, não seria concebível que a prossecução do interesse público fosse sua tarefa exclusiva, na medida em que a sociedade civil muito acrescenta à prossecução deste mesmo fim. Não podemos sequer calcular o quanto seria prejudicado o interesse público se não existissem inúmeras formas de colaboração entre o Estado e a sociedade, constituindo cada uma delas uma partilha de responsabilidades, em que o exercício do poder democrático em alguma medida se redistribui. Portanto, a visão de como os órgãos políticos melhor podem prosseguir os seus fins deve ser aberta e criativa na busca de instrumentos eficazes.-----

-----A figura do provedor está historicamente ligada à representação dos cidadãos perante as administrações por alguém de reconhecida idoneidade e independência. Embora as administrações sejam tituladas pelos cidadãos, elas criam, na sua dinâmica, um universo próprio que as pode distanciar deles, sobretudo, quando estão em causa temas propícios a um elevado atrito ou a uma excessiva complexidade. -----

-----Exemplo disso é hoje o serviço municipal de águas e esgotos, assegurado por concessão pela empresa Águas de Alenquer. Que este serviço é desde há vários anos motivo de desconfiança e descontentamento generalizados entre o público é algo que ninguém se atreverá a negar. Ao mesmo tempo, é um tema extremamente denso e complexo, tanto no quadro legislativo e contratual, como no quadro organizacional que o envolve.-----

-----Em 2014 entrou em funções uma comissão de acompanhamento do contrato, que reúne as partes sob a presidência de um membro independente, emitindo relatórios e pareceres. Decorrente da lei, a criação desta comissão foi um avanço, que tirou o funcionamento deste serviço da total obscuridade. Mas esta comissão não supre a falta da representação directa dos consumidores, que continuam longe do conhecimento de um assunto no qual são os principais interessados. O público não entende o preço que paga, nem os mecanismos pelos quais tudo funciona, nem sabe o que pode esperar. Esta opacidade não defende os cidadãos, e também a oposição eleita não lhes pode valer, impedida que está de aceder àquela comissão.-----

-----A Câmara de Alenquer pode fazer melhor o seu papel de representar o interesse público neste caso, se reconhecer que, além do que resulta directamente do exercício das suas competências, os consumidores do serviço de águas ganharão muito em ter



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

uma representação própria e independente, com um direito de acesso à informação semelhante ao da autarquia. -----

-----Não existe legislação específica sobre a criação de cargos públicos de provedor, para além do provedor de justiça, previsto na Constituição. Um parecer da CCDR-LVT (n.º 64 de 2011) avisa que os cargos de provedor municipal existentes, criados por iniciativa própria dos municípios, através do seu poder regulamentar, podem vir a ser declarados inconstitucionais, pelo entendimento do Tribunal Constitucional de que subtraem um poder exclusivo do provedor de justiça (acórdão 409/2009 do TC). Um parecer da CCDR-N (publicado no seu *síte* mas não datado) vai num sentido diferente: apreciando o mesmo acórdão, defende que não existe esta sobreposição no caso dos provedores municipais e que o cargo não é inconstitucional. O que se verifica na prática, 10 anos depois do acórdão do Tribunal, é que este cargo continua a ser criado pelos municípios portugueses, embora de uma forma geral sem o carácter temático aqui proposto. Com este carácter, encontramos o provedor dos animais, que existe em Lisboa, e o provedor do inquilino, que existiu por algum tempo no Porto. -----

-----Entendemos que um provedor do serviço de águas não deve ser um encaminhador de reclamações pontuais, que devem seguir os mecanismos previstos. Tendo a seu cuidado um tema específico, ele poderá ser mais proactivo que um típico provedor municipal, agindo neste caso como representante dos consumidores do serviço de águas. Neste âmbito, competir-lhe-á informar-se junto das partes, apreciar as suas práticas, transmitir-lhes críticas e sugestões e contribuir para o esclarecimento público.-----

-----Com base no exposto: -----

-----**Propomos a criação do cargo de Provedor Municipal do Serviço de Águas, a nomear após regulamentação no prazo de um ano.** Este prazo inclui a resolução, com a concessionária, do enquadramento deste cargo no funcionamento do sector, se necessário através de uma modificação pontual no contrato de concessão." -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** referiu que, na concessão deste serviço, existem dois níveis: 1 - em que a Câmara como dona do serviço concessionou-o, fiscaliza e representa os consumidores enquanto munícipes; 2 - uma empresa que presta o serviço.-

-----Não existe quem represente os consumidores, a Câmara não consegue ter voz independente, por ter interesses próprios na defesa do seu próprio orçamento. Em sua opinião, considera que o cargo se justifica.-----

-----O **Vice-Presidente** disse que ainda existe a dúvida da constitucionalidade relativamente à criação destes cargos, apesar de o de provedor do munícipe ter vindo a proliferar de uma forma, mais ou menos, transversal a um número significativo de municípios. -----

-----Haver um provedor do munícipe faz todo o sentido e deve reconhecer-se essa necessidade, porque, se existir alguém que possa reportar os tempos que as coisas demoram a resolver com uma visão diferente, é muito positivo. -----

-----Em sua opinião, tendo em conta a inexistência, faz sentido, partir para um todo, em vez de criar a figura de um provedor unicamente para o serviço de águas. Terá de ser uma pessoa com formação jurídica, que saiba encaminhar as questões para os sítios certos e defender, em sede própria, as tomadas de posição. -----

-----Considerando que o princípio subjacente à proposta apresentada, é o de criar uma figura que faça a mediação entre o Estado e os municípios, poder-se-ia avançar para a criação de um regulamento próprio para a implementação da figura do provedor do munícipe. No entanto, a criação do específico inibe, por completo, a criação da figura do provedor municipal, porque não se vai criar o provedor municipal para o serviço das águas, ou então, ter-se-ia de se criar um para cada área. -----

-----A sua força política, está disponível para criação da figura do provedor do munícipe na globalidade. Contudo, se se confirmar que, cerca de 70% das questões apresentadas ao provedor são relacionadas com o serviço das águas, fará sentido existir uma outra figura colateral que dê resposta às necessidades que já existam ou venham a existir. -----

-----O vereador **Ernesto Ferreira** disse que, na opinião da CDU, não é uma figura muito acolhida e que irá abster-se. Quer seja criado este provedor ou outro não resolverá os problemas do custo da água mas pode encaminhar as reclamações. Sugeriu que a proposta seja reformulada no sentido de uma maior abrangência em função do que o Vice-Presidente referiu. Todavia, o PS não pode continuar a dizer que a água é cara no concelho de Alenquer, porque a compra cara, mas os outros concelhos também a compram e a água não é tão cara como a nossa. -----

-----A vereadora **Rosália Batista** disse que se não se fizer nada, nada resolve, mas podem existir condições para alcançar determinados pensamentos que conduzam a alguma solução e que percebam os problemas. Há que criar alguma coisa que nos faça perceber quais os problemas que existem para os poder resolver e melhorar. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----O vereador **Frederico Rogeiro** considerou os argumentos do Vice-Presidente plausíveis, porque tem outras bases, não contrapõe a proposta apresentada, tem um raciocínio diferente. Assim como se pode pensar que um provedor genérico é uma escolha melhor, porque pode responder a tudo, também se pode pensar que será uma figura muito menos útil, por não estar focado em nada. O que acontece é que um provedor de uma determinada área tem a vantagem de tratar melhor do tema ao qual está dedicado.-----

-----O juízo sobre isto não pode ser abstrato, tem de estar relacionado com a realidade que se vive e não se pode ignorar, nem fazer de conta, que o tema das águas é igual aos outros. Se existisse um provedor genérico para o município, grande percentagem (70%, 80%, 90%) das questões teriam a ver com a água, pois este é o problema que as pessoas sentem com maior insatisfação e injustiça. A opção de um provedor com o tema da água significaria uma valorização do problema. A insatisfação das pessoas deve ter uma resposta e não pode ser tratada como um tema igual aos outros. A previsão de continuar assim por muitos anos com o contrato em vigor, tem tendência a degradar as situações que existem, não só pelo envelhecimento da rede, como pelas previsões do consumo. O PS é o partido que está mais comprometido com este contrato e perde uma boa oportunidade de dar um sinal às pessoas de que se interessa por ter uma figura que pondere as reclamações. Está-se à espera que as pessoas se cansem de reclamar e continuem satisfeitas com aquilo que têm e com aquilo que podem vir a ter, é uma grande desvalorização que temos deste problema.-----

-----A vereadora **Rosália Batista** disse que compreende e respeita a ideia de começar pelo provedor que poderá englobar diversas áreas e depois partir para os vários, o processo não tem que começar sempre da mesma forma, pode começar do particular e depois generalizar.-----

-----O **Vice-Presidente** disse que referiu e assumiu a criação de um provedor do município que responda a tudo. Enquanto o PS o considera a questão das águas uma fatia importante, em sua opinião, ela é como as outras áreas, porque a maior fatia será, sempre, o alcatrão.-----

-----Ressalvou que o PS votará contra a criação do provedor do município específico para o serviço das águas, mas está a favor de um provedor para o serviço das águas e para todos os assuntos, atendendo à dinâmica do dia-a-dia do contacto com os municípios e perceber que a área é completamente dispersa e alargada a outros serviços.-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **maioria**, com 2 votos a favor dos vereadores Frederico Rogeiro e Rosália Batista (PSD), 4 votos contra do Vice-Presidente e vereadores José Augusto Honrado, Dora Pereira e Paulo Franco (PS) e 1 abstenção do vereador Ernesto Ferreira (CDU), **não dar o acordo à proposta.** -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:

-----Resumo diário do dia 21 de junho de 2019, do qual consta que as Operações Orçamentais acusam um saldo no valor de € 4.229.656,59 (quatro milhões duzentos vinte nove mil seiscientos cinquenta seis euros e cinquenta e nove cêntimos) e as Operações não Orçamentais acusam um saldo de € 561.665,70 (quinhentos sessenta um mil seiscientos sessenta cinco euros e setenta cêntimos). Estão depositados em Instituições de Crédito, € 4.776.557,94 (quatro milhões setecentos setenta seis mil quinhentos cinquenta sete euros e noventa e quatro cêntimos) e em Títulos Negociáveis € 25,00 (vinte cinco euros). -----

-----A Câmara ficou ciente. -----

APROVAÇÃO DA ATA POR MINUTA:

-----Esta ata foi aprovada em minuta, no final da reunião, por a Câmara assim o ter deliberado, nos termos do número 3 do artigo 57.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

-----Eram 12,40 horas, quando o Senhor Vice-Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo mesmo presidente e por mim, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada. -----

O Vice-Presidente,



A Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro,

